

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 150 - Setembro de 1978

EDITORIAL

Eleições e golpismo

O óbvio nem sempre é o mais fácil de se compreender. Parece à primeira vista incrível, mas a verdade é que há correntes e personalidades da oposição para as quais o mais importante, agora, não é ganhar, e ganhar bem, as eleições diretas de 15 de novembro. Há entretanto lógica neste desatino: em geral, este equívoco coincide com a recusa a definir a luta pela democracia como o ponto central e o denominador comum de todos os que se movimentam contra a ditadura.

Ora, qualquer análise da trajetória política da ditadura e da situação política atual, por precária que seja, mostra que o nó górdio foram e são os processos eleitorais, quando a movimentação da sociedade, o descontentamento, a aspiração à democracia encontram um canal maciço e bastante claro de expressão. E não se trata de «eleitoralismo»: as eleições, sob esta ditadura, têm sido processos que se entrelaçam ao processo mais geral de resistência, que tem múltiplas expressões, do debate parlamentar às greves operárias.

Insistamos no óbvio, se isto se revela necessário: tudo deve ser feito no sentido de transformar a campanha das eleições legislativas num grande movimento de massas, que deságüe numa categórica manifestação eleitoral contra a ditadura e pelo estabelecimento de um regime democrático. É o que o regime mais teme. Por isso, ele se agita, agita, estimula o fisionomismo, brande ameaças, como a da extinção do voto de legenda. E favorece a ação dos pescadores em águas turvas.

De um tempo para cá, começou-se a falar abertamente em golpes. E de se perguntar: a quem interessa esta cantoria? Ao povo? Aos democratas? Aos patriotas? Sejamos claros: antes de mais nada, é preciso trabalhar contra tentativas de golpe reacionário, destinado a truncar o processo de crescimento do movimento pela democracia. Este é o perigo maior.

Mas é preciso também estar alerta contra as «soluções» caídas «do alto», os caminhos aparentemente mais fáceis (que dispensam, em maior ou menor medida, a participação das massas), capazes de seduzir setores oposicionistas que buscam sinceramente o fim do regime. Enganam-se, quando não há simplesmente má fé na coisa, os que reduzem o esforço para construir uma saída

democrática a contagens de números de tanques.

Não é por essa via que os militares se integrarão ao processo político e se reconstruirão com a Nação. Por essa via, a instituição militar entrou num atoleiro. O País pagou e paga caro.

Aos militares está aberta, e a candidatura do general Euler Bentes o demonstra, o caminho da manifestação política que se congrega às massas da população, que se dirige à opinião pública. Neste sentido, qualquer que seja o resultado da reunião do colégio eleitoral em 15 de outubro próximo, o que importa é somar forças com vista ao 15 de novembro.

As eleições de 15 de novembro podem resultar na formação de um bloco democrático, representado no Congresso Nacional, que seja chamado a desempenhar um papel de grande importância no processo de transição rumo à democracia.

Contemplando-se a qualidade dos candidatos e as respectivas possibilidades de vitória, verifica-se que pode tomar posse em 1979 um Congresso que, sem ser representativo de todas as correntes políticas da Nação, seja representativo da vontade de acabar com a ditadura. Um Congresso com capacitação política para interferir positivamente e amplamente na construção de uma saída. Um Congresso em que o Movimento Democrático Brasileiro seja majoritário e, mais que isso, em que seja maioria inequívoca e conjunto das forças interessadas no fim do pesadelo ditatorial.

Não se pode adivinhar o que vai acontecer. Mas, em função das previsões de hipóteses de desdobramento da situação, pode-se e deve-se ter uma linha política clara, que oriente o trabalho numa direção firme e lúcida. É o nosso caso. As provas estão na Resolução Política de nosso Comitê Central de dezembro último, na Nota Eleitoral de sua Comissão Executiva, de maio, nas páginas dos sucessivos números deste jornal e nas recentes entrevistas (ao semanário Isto É e à Voz Operária de agosto) do camarada Luiz Carlos Prestes. Neste momento difícil da vida nacional, consideramos, sem baluartismo, que é um exemplo a ser seguido. Para que a crescente mobilização popular e democrática encontre os caminhos de unidade ampla que a transformará em força política decisiva.

Morena: o exemplo de toda uma vida

(pág. 2)

Quem quer radicalizar?

(pág. 3)

IDÉIAS:

Apostar na democracia

(pág. 5)

O equilíbrio e o bom-senso

(pág. 8)

INTERNACIONAL:

O novo na A. Latina em 1978

(pág. 6)

EUA, agressivos, ganham na China um novo aliado

(pág. 7)



Morena nos deixa após 60 anos de participação nas lutas operárias

Poucos brasileiros prestaram tantos e tão relevantes serviços à classe operária e ao povo trabalhador do nosso País como Roberto Morena, que faleceu recentemente em Praga. VOZ OPERÁRIA recorda aqui alguns dos combates travados ao longo de mais de sessenta anos de atividade política pelo famoso dirigente sindical, ex-deputado, membro do CC do PCB, falecido no exílio.

Morreu no exílio, em Praga, aos setenta e seis anos, o dirigente sindical Roberto Morena, membro do Comitê Central do PCB. A notícia rompeu a barreira de silêncio que a grande imprensa vem mantendo, em geral, no que concerne ao nosso Partido e despertou reações emocionadas de simpatia e dor em diversos círculos.

Poucos brasileiros terão tido uma vida tão movimentada e tão generosamente dedicada à classe operária como Roberto Morena. Nascido no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1902, ele começou a se destacar já aos quinze anos de idade, em 1917, na organização dos trabalhadores marceneiros e entalhadores, inspirado pelas idéias do anarco-sindicalismo. Em 1924, ingressou no PCB: a experiência adquirida na luta política o orientou na direção da assimilação do marxismo.

Em 1929, Morena desempenhou importante papel na articulação, no Rio, do movimento de solidariedade à greve dos gráficos de São Paulo. E em 1932, por força de sua intensa atividade na organização da greve da São Paulo Railway, foi preso e enviado à Ilha Grande.

Libertado, Morena foi para o Uruguai, onde foi preso mais duas vezes. No final de 1935, assumiu um lugar na direção do PCB no Estado do Rio Grande do Sul e em 1936 voltou à cadeia (desta feita, foi posto na Casa de Detenção).

Em 1937, novamente posto em liberdade, Morena foi enviado pelo PCB à Espanha, para ajudar os republicanos espanhóis na resistência à sublevação fascista do General Franco. Em sua atividade de apoio à luta das Brigadas Internacionais, foi um dos últimos combatentes a partir de Alicante (quando as tropas fascistas já estavam entrando na cidade), a bordo de um navio que o conduziu à Tunísia.

Após alguns meses de prisão na Tunísia, e

uma rocambolesca porém malograda tentativa de fuga, Morena foi, em 1939, para a URSS, onde trabalhou, durante cerca de um ano numa fábrica de tratores. Em 1941, às vésperas da invasão hitleriana, iniciou uma longa viagem de retorno ao Brasil, que o levou à Sibéria, ao Japão, ao México, ao Chile e à Argentina. Em Buenos Aires, depois de encontrar-se com o escritor Jorge Amado, preparou-se para tornar a entrar no seu país.

Em 1943-44, no curso de seu trabalho de reorganização do PCB, Morena tornou a ser preso, em diversas ocasiões. A firmeza de seu comportamento e a persistência de seus esforços conquistaram para ele a admiração dos companheiros e, em 1945, foi eleito para a direção do PCB no Rio de Janeiro. Fundou, então, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), da qual se tornou secretário-geral.

Mas a onda de repressão desencadeada no Brasil em 1947 e o fechamento da CTB acabaram por criar graves dificuldades para o prosseguimento de sua atividade política no país e Morena se deslocou para o México, onde tornou-se (em 1948-49) secretário da Confederação de Trabajadores de América Latina (CTAL).

De volta do México, em 1950, foi eleito deputado federal. Sua atuação na Câmara dos Deputados lhe valeu não só a gratidão dos seus eleitores e a admiração dos jornalistas especializados como também o respeito reiteradamente manifestado de alguns de seus mais doutos colegas, como os então deputados Nereu Ramos, Alomar Baleeiro e Afonso Arinos de Melo Franco. Foi, como disse outro de seus colegas conservadores, «um deputado que, sozinho, valia por toda uma bancada».

Um dia, quando se escrever a história do Parlamento no Brasil, serão devidamente lembrados os combates travados por esse

operário risonho que enfrentava com tranqüila eficiência os problemas nos quais muitas vezes tropeçavam algumas das cabeças melhor aparelhadas da burguesia brasileira. Será lembrada, entre outras, a prolongada luta que ele travou contra os defensores do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

No período do ascenso de massas do final dos anos 50 e do princípio dos anos 60, Roberto Morena desenvolveu um importante trabalho político na coordenação das lutas das mais diversas organizações sindicais, assumindo, nos anos que precederam o golpe de Estado de 1964, a direção do Pacto de Unidade e Ação (PUA), criado no esforço de forjar a unidade do movimento sindical. Morena desempenhou um papel significativo na preparação das duas greves gerais do período presidencial de João Goulart.

O prestígio que tinha junto às massas e o próprio fato de ter se tornado conhecido internacionalmente atraíram sobre Morena a fúria da repressão, depois do golpe de 1964: num dos processos a que respondeu, foi condenado a sete anos de prisão. Mas não conseguiram prendê-lo. E, no 6º Congresso do PCB, realizado em 1967, em plena clandestinidade, o veterano dirigente sindical foi eleito para o Comitê Central do Partido.

Em seus últimos anos de vida, Morena — depois de ter sido secretário do Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (CUSTAL), no Chile — representava o Brasil na Federação Sindical Mundial (FSM), em Praga, na Tchecoslováquia. Poucos dias antes do seu fatigado organismo ser vencido pelo câncer, Morena, lutador que nunca se dava por vencido, ainda assinou o documento de fundação de um Comitê pelas Liberdades Sindicais no Brasil (veja-se matéria na V.O. n. 149, de agosto de 1978). Os comunistas brasileiros guardarão do companheiro desaparecido não só a lembrança do seu invencível bom-humor, da sua solidariedade humana e da sua irreverente simpatia, mas também o exemplo de um combatente da classe operária que soube ser, ao longo de mais de sessenta anos de lutas, fiel ao seu povo e à sua opção revolucionária.

Mensagens. Várias mensagens de condolências foram endereçadas à família do camarada Morena, a seus colegas de trabalho e companheiros de Partido. O camarada Luiz Carlos Prestes recebeu uma mensagem assinada pelos representantes dos partidos comunistas da Argentina, Bolívia, Cuba, Paraguai, República Dominicana, Salvador e Venezuela, do Partido Guatemalteco do Trabalho e do Partido do Povo do Panamá na Revista Internacional, cuja redação tem sede em Praga.

Enrique Rodriguez, membro do Comitê Executivo, assina a mensagem do Partido Comunista Uruguaio ao PCB. Na presença de Maria Eugênia, esposa do camarada Morena, de uma delegação da FSM e de representantes do Partido Comunista Tcheco e de diversos partidos irmãos, uma homenagem foi prestada por uma delegação do PCB em Praga. Também o Comitê de Pessoal da Federação Sindical Mundial organizou um ato de despedida.

Em rancorosa atitude, a embaixada do Brasil em Praga recusou-se a permitir o traslado do corpo de Roberto Morena para sua pátria, sob o pretexto de que ele não possuía passaporte. As cinzas resultantes de sua cremação encontrarão, porém, cedo ou tarde, sepultura em solo brasileiro.

Ditadura busca radicalização e acusa movimentos reivindicatórios

Se um curioso da vida política brasileira tivesse suas fontes de informação reduzidas às declarações mais recentes do Governador de S. Paulo, julgaria que o Brasil já teria caído no abismo, naquele famoso abismo com que nos ameaçam desde tempos imemoriais. Não contente em proclamar-se disposto a embrenhar-se na luta guerrilheira contra o comunismo, o senhor Martins fulmina pretensas «centrais de boatos», verbera fantasmagóricas «Ligas Operárias» e, posando de estadista, adverte: «estão radicalizando!»

É notória a tendência do governador a descomedir-se. Acreditamos, entretanto, que o estribilho da radicalização obedeça a designios que estão além da esfera de ação do Palácio dos Bandeirantes. Se não, como explicar o tom belicoso das ordens-do-dia de 25 de agosto? E não é outro o sentido da fala do general Figueiredo no churrasco que lhe ofereceram alguns oficiais de seu círculo. Agita-se o espanialho da radicalização para suscitar a coesão da base política e, sobretudo, da base militar do regime em torno do projeto dito gradualístico de Geisel e Figueiredo.

Acontece que nas últimas semanas torna-se evidente o fato de que o Brasil não só não caiu no abismo, como vem dando sinais alentadores de que está saindo do buraco. Não há como negar o largo consenso nacional em torno da democratização do país. Esse consenso está lançando as bases de uma nova ordem institucional e criando uma atmosfera favorável à renovação das condições econômicas, sociais, políticas e morais da convivência social. A desordem está do outro lado, do lado dos que procuram perpetuar um estado de coisas que a Nação não aguenta mais. O que se está vendo é que as mais variadas classes e categorias sociais movem-se no sentido da autonomia na defesa dos seus interesses e aspiram à plenitude da representação política. Conferem maior consistência ao campo democrático e reduzem a margem de manobra das tendências autoritárias.

Nessas condições, que fenômenos novos pretendem designar o sr. Paulo Egydio e consortes quando falam em radicalização, bagunça e pressões espúrias? Parece-nos que seu alvo é claro. Trata-se em primeiro lugar dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Mas não é só. Referem-se igualmente ao aprofundamento do debate político nas Forças Armadas com o lançamento da candidatura presidencial do general Euler Bentes pelo MDB. E incluem, no seu pavor, a encampação do debate institucional por setores populares da frente oposicionista.

A movimentação trabalhista, no período

que examinamos, longe de esmorecer, espraçou-se em novas categorias de trabalhadores, revestindo por vezes formas e conteúdos sem precedentes. Destacamos especialmente as lutas dos trabalhadores do petróleo em São Paulo, dos metalúrgicos da Belgo-Mineira, dos professores secundários de São Paulo e do Paraná. Uma nova forma de luta fez sua aparição: a operação-amnésia. O elenco das reivindicações enriquece-se quando os metalúrgicos da Belgo-Mineira pleiteiam a reformulação das escalas de horários. E as operárias da De Millus exigem respeito à sua dignidade pessoal ao se furtarem ao vexame das revistas. Assinalamos igualmente as novas manifestações do Movimento contra a Carestia, que cresce sob o influxo das correntes reivindicatórias que atravessam o mundo do trabalho.

Num determinado sentido, estes movimentos não deixam de ser radicais. Eles afetam a relação social que é o alicerce da sociedade capitalista — o salário; abalam a viga-mestra da estratégia econômica da ditadura — a política salarial; contrariam uma disposição institucional considerada intocável — a lei antigreve; põem em questão o aspecto mais dramático da crise social que vivemos — a iniquidade da distribuição da renda. Os movimentos reivindicatórios são um recurso de legítima defesa dos trabalhadores contra a exploração brutal à que são submetidos. Além disso, é na mobilização e conscientização que eles implicam que vai-se construindo a força organizada daqueles que representam a maioria da Nação, sem cuja participação efetiva não há vida democrática digna deste nome.

E é por isso mesmo que aos comunistas não cabe desempenhar o papel de força moderadora, a frear o movimento. Nossa função deve ser a de conduzi-lo dentro das vias que a própria experiência anterior já traçou. A prática das paralisações do primeiro semestre foi um importantíssimo fator de amadurecimento do movimento operário e sindical. Ela permitiu fixar critérios que, por estarem na base dos primeiros sucessos, nortearam o desenvolvimento das lutas ulteriores: utilizar todas as possibilidades oferecidas pela estrutura sindical existente; combinar o trabalho nas empresas com a atuação das direções sindicais; consultar permanentemente os trabalhadores, de modo a garantir sua participação democrática nas decisões importantes; evitar tensões inúteis, aproveitar a menor disposição do adversário a negociar.

De uma maneira geral, estes elementos estiveram presentes nos conflitos que eclodiram a partir de fins de agosto. Quem procurou fazer bagunça e fomentar tensões foi o governo, ao alargar o âmbito da ilegalidade das greves, ao autorizar os banqueiros a chamar a polícia, ao usar da violência contra os manifestantes do Movimento contra a Carestia.

Quando denunciámos a responsabilidade do governo e de setores do patronato, não podemos deixar de alertar os trabalhadores contra alguns perigos e erros que podem prejudicar a boa marcha das ações reivindicatórias. Muitas vezes, no fogo dos acontecimentos, podemos ser levados a confundir nossa própria agitação com o movimento social, a precipitar confrontos sem que haja nas empresas as condições mais favoráveis à participação da grande massa dos interessados, a considerar que a disposição à luta se adquire pelo efeito mágico do contágio com

categorias que se encontram num grau mais avançado de mobilização. Esses erros podem ocasionar vezes que desmobilizem os trabalhadores, comprometendo o nível de organização já alcançado.

Fala-se também em radicalização quando, através do debate sucessório, militares da ativa manifestam-se favoravelmente à democracia. E ao mesmo tempo que o general Geisel procura comprometer as Forças Armadas, em seu conjunto, com a candidatura Figueiredo, o governo manda prender o coronel Tarcísio Nunes Ferreira. Vê-se logo de quem parte a iniciativa de, pela violência, «forçar a mão» da instituição militar fazendo um uso partidário das relações hierárquicas próprias à instituição.

Tem-se a impressão de que, depois de ter sido obrigada a preconizar um relativo desengajamento militar do exercício direto do poder, a ditadura trombeta um alerta geral em direção às Forças Armadas no sentido de identificá-las ao seu projeto institucional de sobrevivência da exceção sob novas formas. Cientes de seu isolamento diante da opinião majoritária no país, os partidários do arbítrio dão mostras de querer circunscrever o debate político no meio militar ao perigoso terreno da análise da correlação de forças militares, contribuindo para aumentar o grau de tensão do processo político.

Os democratas devem a todo custo evitar esta armadilha. A candidatura do general Euler Bentes é a expressão de um movimento político e de opinião pública que atravessa o conjunto da sociedade, e a serviço desse movimento deve ser colocada. Dissociar essa candidatura de sua base social, militarizá-la, de certa forma, é privá-la de sua verdadeira força. Ela pode, sem dúvida, contribuir para o isolamento do núcleo militar do fascismo. E tanto mais quanto melhor for utilizada como arma política a serviço da democracia e da mobilização popular na batalha eleitoral de 15 de novembro.

Finalmente, o anátema da radicalização fulmina, como não podia deixar de ser, um dos mais auspiciosos momentos do debate institucional. Referimo-nos à tomada de posição de lideranças sindicais com respeito ao projeto de reformas que o governo apresentou ao Congresso. O qualificativo mais corrente que lhe foi atribuído não é nada original: «pressões espúrias».

O Senador Portella havia declarado há alguns meses que as questões que interessam mais de perto ao mundo do trabalho estavam excluídas do que ele chamava, pomposamente, a temática das reformas. A ativação da luta dos trabalhadores vem impondo um desmentido às argúcias do Senador. Tais lutas estão criando as condições para a emergência do movimento operário e sindical à condição de participante legítimo da vida política. A Carta de Princípios aprovada no Rio de Janeiro este mês é justamente numa mesma ordem de preocupações, reivindicações específicas dos trabalhadores e exigências democráticas compartilhadas por um vasto espectro de forças sociais.

Estamos ainda no início de um processo. Mas indícios como este justificam nossa esperança na constituição de um bloco de forças sociais e políticas que, agindo com calma e obstinação, no Parlamento e fora dele, consiga acabar com a ditadura e construir uma ordem democrática aberta ao progresso social. E quem disser que isto é baderna ficará taigado sozinho.

Êxito do Festival da Juventude em Cuba contou com brasileiros

A quase totalidade dos 18.500 jovens delegados de mais de duas mil organizações políticas, culturais, desportivas e sindicais de 145 países, deve ter levado a mesma impressão, humilde e sincera, manifestada por Fidel Castro, chefe de Estado e secretário geral do Partido Comunista de Cuba, perante uma multidão de quase um milhão de pessoas, durante o ato de encerramento do XI Festival, na Praça da Revolução:

«Jamais se apagarão de nossas mentes as imagens desses inolvidáveis dias junto a vocês. Sentimo-nos estimulados a ser melhores para estar à altura da juventude e do mundo que conhecemos nestes dias. Sentimo-nos mais comprometidos do que nunca com a causa da solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade, com a causa da Revolução e do internacionalismo, para sermos verdadeiramente credores da confiança, o respeito e a solidariedade demonstrados por vocês».

Essas fortes impressões foram produzidas por mais de 1200 atividades diferentes, onde a música, a dança, as canções, as artes plásticas, os filmes, uniram-se aos colóquios, debates, comícios, conferências e discussões, para formar um expressivo programa a favor da paz e da libertação do homem.

É evidente que um evento dessa magnitude não pode ser realizado em qualquer lugar. Cuba é hoje, na América Latina, o país que reúne os melhores índices educacionais, de saúde e de nível de vida da população — conseguidos em apenas 20 anos de Revolução Socialista, que libertou o país. Mas não se trata somente de condições materiais. Cuba é também um dos poucos países latino-americanos que pode oferecer condições políticas para jovens democratas, comunistas, socialistas, social-democratas, cristãos, budistas, maometanos, ateus e outros, trocarem experiências e debater em liberdade.

Por isso, Raul Castro, ministro das Forças Armadas cubanas, pôde dizer na inauguração do XI Festival, à frente de 80 mil jovens, no Estádio Latinoamericano, que «Cuba lhes oferece de todo o coração um lar para vocês». E assim foi, um lar solidário, aletuoso, alegre, densamente humano.

As delegações que desfilarão no Estádio — e que já haviam sido aplaudidas nas ruas de Havana por milhares de cubanos — demonstraram um pouco da riqueza cultural das várias partes do mundo.

O Brasil no Festival

«A realização do Festival na Ilha da Liberdade confirma o papel histórico de Cuba



Socialista», sublinhou Luis Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, convidado de honra junto com o dirigente operário Marcelo Viana.

Prestes viu no XI Festival, principalmente, um «acontecimento de elevada significação política», a reafirmação da decisão da juventude de «lutar pela paz», uma resposta «oportuna e direta aos círculos mais reacionários do imperialismo norte-americano que ainda tentam conter a distensão internacional». Enfim, o «mundo do futuro», a liquidação do colonialismo e do neocolonialismo, das ditaduras reacionárias e fascistas, de todas as formas de discriminação e racismo, à disposição de «conseguir a completa independência nacional e o progresso social, uma América Latina livre do atraso, da miséria e da ignorância».

Foi significativo que a delegação brasileira entrasse no Estádio Latinoamericano acompanhada pela música *Apesar de Você*, de Chico Buarque de Holanda. Ou seja, apesar da permanente política reacionária, da campanha de mentiras e calúnias contra Cuba e da repressão ditatorial (até bem pouco tempo a visita a Havana significava, no Brasil, a morte ou a tortura), a juventude brasileira estava ali, amplamente representada. E disposta a estreitar os laços de amizade com aquele povo heróico, o primeiro a aliar revolucionariamente à sua situação de dependência na América Latina.

Toda essa realidade foi bem compreendida pelas dezenas de personalidades brasileiras exultadas que subscreveram o apelo «À Juventude», importante apoio ao Comitê Nacional Preparatório Brasileiro.

O educador Paulo Freire, o ex-deputado Francisco Julião, o ex-dirigente estudantil Luis Travassos, o teatrólogo Augusto Boal, os jornalistas Flávio Tavares e Fernando Gabeira, o ex-capitão do Exército Altair Campos, Padre Lage, os dirigentes operários Hercules Corrae e Roberto Morena e os cientistas Luis Hildebrando Pereira da Silva, Baeta Henriques e Olga Henriques, estavam entre os que assinaram o apelo, contribuindo assim para que a juventude brasileira somasse mais um capítulo na sua história de lutas democráticas.

O XI Festival soube reconhecer o esforço da juventude brasileira, pois as forças democráticas e progressistas sabem o risco que representou a sua participação em Havana. José Montenegro de Lima, que presidiu a delegação brasileira ao X Festival, realizado na Alemanha Democrática, em 1973, foi sequestrado no final de 1975 pela repressão

da ditadura e assassinado. Assim, entre os exemplos de apoio à luta do povo brasileiro, tanto no discurso do secretário-geral do Festival, o jovem francês Alain Gresh, como nas palavras de encerramento de Fidel e no «Apelo à Juventude do Mundo» — documento que resume as conclusões do evento — foi condenada a ditadura fascista que oprime o Brasil.

Guerra À guerra

Atividades importantes como o Carnaval Internacional, noites de gala nacionais, inauguração da Fonte da Juventude e da Ilha da Juventude (nova designação da antiga Ilha de Pinos), o programa dos pioneiros, entre outros, pôde ser visto por milhões de pessoas, não só nas ruas de Havana, mas em vários países da Europa e África. Mais de mil trabalhadores de órgãos de informação de todo o mundo garantiram a cobertura jornalística do Festival e várias televisões e rádios fizeram transmissões diretas para seus respectivos países.

Na parte política, dentro do Centro Internacional de Solidariedade, o Tribunal a Juventude Acusa o Imperialismo alcançou repercussão internacional, particularmente com os depoimentos dos cubanos infiltrados na CIA e de mercenários presos em Angola.

As acusações, apresentadas pelas delegações da Palestina, África do Sul, Vietnam, Cuba, Chile e Estados Unidos, abrangiam as responsabilidades do imperialismo nos regimes colonialistas e neocolonialistas, as várias formas de discriminação (racismo, apartheid, sionismo), a ação dos organismos econômicos, sociais e militares capitalistas, as agências do crime — como a CIA —, os regimes de terror, a repressão e fascismo.

«Ao condenar o imperialismo e a sua cabeça dirigente, o imperialismo norte-americano, como promotor e sustentáculo de todas as manifestações fascistas, colonialistas, neocolonialistas, racistas, principal força de agressão e de guerra e o pior inimigo dos povos, fazemos um apelo à unidade indestrutível da juventude revolucionária democrática e progressista com todos os povos que lutam pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade» — concluiu o detalhado documento final do Tribunal elaborado, após ouvir centenas de testemunhos nas suas sessões diárias.

Em síntese no XI Festival, os representantes dos jovens de todo o mundo declararam «guerra à guerra», observou Fidel.

Ari Pereira

O presente e a futura democracia

Hoje quase ninguém duvida que a ditadura terá fim e que este fim já se desenha no horizonte. Por isto mesmo muitos começam a indagar sobre o que virá depois. Nós, comunistas, não podemos ficar indiferentes a esta questão. E é assim que o camarada G. de Sá, no n. 148 de *Voz Operária*, já explora o terreno do futuro. Animados por esta incursão é que nos arriscamos abordar o assunto.

A atitude dos que hoje lutam contra a ditadura não é a mesma ao tratar da questão do que virá após a queda da mesma. Alguns insistem em não falar disso, temerosos de que a diversidade de propostas e alternativas desvie atenções e esforços das prementes e decisivas necessidades de hoje. Outros agem mais, ou quase exclusivamente, em função do que virá depois e o presente imediato, as alternativas de hoje, não são mais o lugar privilegiado do seu trabalho político; eles não se sentem mais como atores principais da cena atual na medida em que a briga hoje, segundo eles, se transformou numa «briga entre burgueses».

Respeitando as razões por uns e outros alegadas nós não podemos deixar de discordar destes dois tipos de atitude. Pensamos que há que tratar do assunto, não somente como uma questão do futuro mas principalmente como uma questão do presente; e também porque, à nosso ver, na origem das duas atitudes mencionadas está o menosprezo pela democracia «formal» e/ou a pouca confiança nas possibilidades de uma vivência democrática em nosso país.

Não vamos nos ocupar aqui das manifestações de menosprezo por certas liberdades democráticas «formais» — *habeas corpus*, independência de poderes, etc. — pois mais que qualquer argumento valem as reivindicações e a luta de todos os setores da população. Entretanto queremos, isto sim, abordar a questão mais delicada e menos discutida: das chances da democracia no Brasil.

A falta de confiança na futura democracia, ainda sob as condições do capitalismo, tem suas razões. Uma das mais alegadas é a tradição de autoritarismo das classes dominantes brasileiras, tradição hoje «modernizada» e reforçada pela aceleração concentração da produção e do capital e pela ligação da burguesia brasileira com os monopólios internacionais. Assim, segundo alguns, seria praticamente impossível evitar o autoritarismo enquanto as atuais classes dominantes estiverem no poder.

A tendência ao autoritarismo no capitalismo monopolista encontra sua explicação clássica nos trabalhos de Lenin sobre o imperialismo e é confirmada sem destaque pelo toda a prática social do nosso século. Mas o que cumpre ressaltar é que isto é uma tendência e não uma fatalidade. E assim é porque os monopólios não estão sózinhos em campo nem têm diante de si um adversário desarmado. Este adversário é o conjunto das classes e grupos sociais não monopolistas.

Um outro ensinamento da experiência das lutas sociais de nosso século é que estas forças podem evitar, sob o capitalismo, até

sua superação, que as tendências autoritárias dos monopólios predominem em um determinado Estado. Mas para que isto seja possível algumas condições devem ser preenchidas. Uma delas é que as forças democráticas deste país intensifiquem o intercâmbio de experiências e estreitem seus laços de mútua solidariedade com todas as forças democráticas e progressistas do mundo. Outra das condições é que as forças antimonopolistas coloquem como questão de princípio sua unidade e que esta unidade tenha em sua base a luta permanente pela democracia. E que não deixem em nenhum momento escapar de suas mãos a bandeira das liberdades democráticas.

Assim, a confiança nas possibilidades de democracia no Brasil está ligada ao horizonte que se empresta ao trabalho unitário feito hoje. Quem, por exemplo, pensa o trabalho de unidade nos limites estreitos do período ditatorial só pode desconfiar da democracia.

Mas, argumenta-se, esta frente democrática não sobreviverá à queda da ditadura. As contradições que estão no fundo do processo histórico brasileiro e que ainda nestes dias, são abafadas pela ditadura, virão à tona tão logo finde este regime e farão voar em pedaços a frente atual.

Não há dúvida que estas contradições vão surgir com mais vigor numa situação democrática. Mas para que elas penetrem politicamente a vida de nosso povo será necessária muita democracia. E se os monopólios nacionais e estrangeiros, responsáveis e beneficiários do atual regime, continuarem existindo no Brasil após a queda da ditadura — e até hoje não vemos indicação clara do contrário — a luta pela manutenção da democracia será uma das questões principais a se enfrentar.

Sabemos que o problema futuro não se limitará à manutenção da democracia. O afloramento das contradições que marcam as entranhas de nosso país exigirá que ela seja cada vez mais ampliada. Em tais circunstâncias, a possibilidade de que isto aconteça estará intimamente ligada às propostas e métodos de luta das forças democráticas e progressistas. Propostas e métodos que, para terem êxito, terão que partir da experiência de nosso povo, ter em conta seu nível de unidade, de organização e de combatividade.

Neste sentido uma velha debilidade do movimento popular e revolucionário brasileiro terá que ser definitivamente enterrada: a falsa ideia de que as forças de vanguarda não podem optar pelo recuo ou se furta às batalhas propostas pelo inimigo.

E aqui outro elemento, citado no artigo mencionado de G. de Sá, que pode ajudar a ganhar confiança na democracia: a visão de que ela não seguirá obrigatoriamente uma linha ascendente, que poderá avançar e recuar e que preparar-se para fazer este movimento será uma das condições para a manutenção de um quadro indispensável ao exercício político de nosso povo. E portanto à própria ampliação das liberdades.

Mas são os problemas econômicos os que suscitam, em muitos opositores ao atual regime, as maiores dúvidas sobre a viabilidade da democracia no Brasil. Eles creem que estes problemas, cuja gravidade foi potencializada nestes 14 anos de ditadura, conduziriam o futuro regime, num curto espaço de tempo, a uma situação limite: ou se cortaria fundo no capitalismo, abrindo caminho para o socialismo, ou se retornaria a um regime

ditatorial. E é em função destas alternativas e do tempo que prevêem para o seu desenlace que, desde hoje, advogam e tomam várias iniciativas: privilegiam a atividade clandestina, acusam de irresponsável a luta do PCB pela legalidade, criticam a amplitude da frente democrática e apregoam a necessidade de uma frente de esquerda capaz de dar base à luta pelo socialismo.

Voltemos aos problemas econômicos do futuro. Sem dúvida, a herança que a ditadura vai deixar neste terreno será muito pesada. Entretanto, não podemos deixar de constatar que a política econômica do atual regime apresenta aspectos contraditórios. Apesar do favorecimento desmedido dos monopólios, esta política não tem podido deixar de expressar as contradições que os mais diferentes setores da nossa sociedade têm com os mesmos. Estes aspectos se expressam por exemplo na política de transferência de tecnologia e na política de preços internacionais de matérias-primas. Assim, é necessário ter presente que, se as forças democráticas deverão, também amanhã, rejeitar e combater o grosso da política econômica dos últimos tempos, elas poderão resgatar, ampliar e dar consequência a alguns de seus elementos. E isto poderá significar, no futuro, um fator positivo de estabilidade no terreno da economia.

Também se olharmos a «herança» econômica desde outro ângulo salta à vista outro elemento que poderá reforçar a democracia futura: a capacidade das forças antimonopolistas em saber responsabilizar os beneficiários do atual regime pelas dificuldades que se irá enfrentar no terreno da economia.

É claro que as sugestões avançadas aqui não darão conta do recado. Neste sentido, não seria demais lembrar que o capitalismo supera seus impasses através de crises, não somente cortando seus tentáculos mais fracos, para fortalecer os mais pujantes, mas fazendo tudo para descarregar sobre as massas os ônus da mesma. Se, como tudo indica, deveremos viver no futuro próximo uma situação democrática ainda sob o reino do capital, não caberá evidentemente às forças democráticas e populares solucionar por esta via as crises que possivelmente se apresentarão. Ao contrário, a tarefa que a história lhes coloca é acabar com o capitalismo e construir o socialismo. Mas se estas mesmas forças, numa determinada situação futura, não se sentirem capazes de dar este salto, nem por isto elas deverão ficar indiferentes à forma pela qual a burguesia resolverá seus problemas. Elas poderão colocar obstáculos à resolução das crises por certos caminhos obrigando assim o capital a buscar outras formas de sobrevivência, possivelmente menos fáceis para ele, mas também menos doloros para nosso povo.

Pois as crises econômicas não implicam, obrigatoriamente, uma situação política limite. Basta olhar o mundo de hoje. Cada vez mais a ação consciente das massas demonstra ser capaz de, em conformidade com seus interesses, permitir ou evitar a transformação de uma crise econômica em uma crise de regime.

O automatismo crise econômica — mudança de regime político significa assim uma subestimação da capacidade de ação das massas. E é exatamente uma justa estimativa dessa capacidade que permite maior confiança no futuro da democracia no Brasil.

C. Fernandes

Na A. Latina, democracia frágil mas ditaduras que não podem consolidar-se

A análise da situação latino-americana no momento em que várias mudanças de governo se verificam e algumas outras se aproximam deve ter, como ponto de partida, a constatação do recuo que vem sofrendo a maioria dos regimes militares antipopulares em escala continental.

O ano de 1978 aparece, neste quadro, como um ano de grande significado e densidade política. Basta levar em conta o número de consultas eleitorais que foram ou serão realizadas... houve eleições presidenciais e legislativas na Guatemala, em Costa Rica, na República Dominicana, na Colômbia, na Bolívia e no Equador. No Peru foi eleita uma Assembleia Constituinte; no Equador realizou-se um plebiscito para a escolha de nova Constituição, e no Brasil e na Venezuela haverá eleições presidenciais (indiretas no nosso caso) e legislativas. Ao mesmo tempo, o regime de Somoza parece estar chegando ao fim, e os regimes de Pinochet e Videla encontram dificuldades crescentes para desenvolver sua política antidemocrática e antipopular.

Será que isto significa que a América Latina entrou numa etapa de abertura democrática com vista a uma próxima consolidação da democracia, e que o ano de 1978 representaria, assim, o ponto de inflexão entre o fim da vaga militarista e o início de um processo efetivamente democrático no continente? A resposta é, sem dúvida alguma, bastante complexa. É a correta avaliação dos acontecimentos de 1978 não pode ser feita através seja de verdades gerais, seja de argumentos em que o voluntarismo predomina sobre a análise dos fatos e dos processos sociais. Pouco adianta repetir que a questão da democracia é, em última análise, determinada pela correlação de forças num dado momento. Esta é uma afirmação tão geral que praticamente não contribui para a análise concreta de processos reais: o que, afinal de contas, na vida social e política não é resultado de uma dada correlação de forças? Da mesma forma, o ceticismo e o descaído em relação aos quadros jurídico-institucionais em que se trava a luta das forças democráticas e progressistas também não contribui para o avanço destas forças. Contribui, isto sim, e no mais das vezes, para a sua paralisia e recuo. O velho e suado argumento de que nada mudou, porque o imperialismo continua a manter suas posições e porque os monopolistas e as oligarquias continuam existindo, não pode ser aceito com seriedade. Ali onde se dá uma abertura democrática, por mínima que seja, criam-se condições diferentes (para melhor) para o prosseguimento da luta antimonopolista, antimperialista e antioligarquica. Algo mudou na América Latina: a extensão e a profundidade desta

mudança e que podem ser objeto de discussão e controvérsia.

Nós não partimos, evidentemente, da visão ingênua de que 1978 assinala, necessariamente, o começo de um processo de institucionalização democrática na América Latina. Isto equivaleria a desconhecer toda a complexidade dos fatores e forças que interferem no cenário político, num ou noutro sentido, assim como supor que a institucionalização de regimes políticos democráticos nos países latino-americanos é um processo que se dá de maneira linear, e cujos obstáculos são facilmente removíveis. Habitualmente, é o contrário que ocorre, ou seja, as aberturas democráticas são frágeis, instáveis, e os processos de liberalização são sucedidos por seqüências de golpes de conteúdo autoritário e antipopular. Não se trata aqui de discutir o problema de como evitar que estes ciclos se repitam. Não acreditamos em soluções continentais, válidas para todas as situações nacionais e que, por isso mesmo, não levam em conta o nível de acumulação de forças e os traços específicos do quadro político em cada país. Trata-se somente de constatar o óbvio e afirmar que o caminho da institucionalização dos regimes democráticos em nosso continente é difícil e frequentemente sujeito a tropeços e recuos; em alguns casos, antes mesmo que o processo de abertura democrática seja ultimado, ele é bloqueado de modo a produzir resultados desfavoráveis aos setores progressistas.

O exame dos últimos acontecimentos ilustra, aliás, as afirmações feitas acima. Na Bolívia, o candidato oficial à sucessão de Banzer, gen. Pereda Arbúñ, apesar de declarado vencedor numa eleição mais que contestada, em que campearam a fraude e a corrupção, não tendo obtido a maioria absoluta que evitaria que sua candidatura tivesse que ser referendada pelo Congresso, dirigiu um golpe militar para garantir sua posse. Na República Dominicana, a eleição de Antonio Guzmán, candidato do Partido Revolucionário Dominicano, provocou uma preta reação da cúpula militar do país, um compromisso a partir do qual a Junta de Apuração distorceu os resultados da eleição para o Senado, dando ao partido de Balaguer a maioria necessária para bloquear a adoção de uma legislação mais progressista, garantiu a posse de Guzmán. No Equador, até fins de setembro, os resultados do primeiro turno da eleição presidencial (realizado em julho) ainda não tinham sido oficialmente proclamados, e o segundo turno, que se tornou necessário na medida em que nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta, não foi ainda convocado. É claro que a derrota do candidato oligarquico, e apoiado pela Junta Militar que dirige o país, está na base destes

fatos. Os exemplos são inúmeros e seria até mesmo cansativo repeti-los. Os resultados eleitorais que favorecem os setores progressistas, populares e democráticos são imediatamente contestados; as situações eleitorais que colocam os círculos mais reacionários em dificuldade, que restringem sua área de manobra, são, se possível, anuladas, ou então procura-se reduzir o seu alcance e minimizar seus efeitos através de todo tipo de pressões e ameaças de novos golpes. Estes cenários já são suficientemente conhecidos para que se insista demasiadamente neles.

Há, entretanto, um elemento que deve chamar a atenção e estimular a reflexão das forças democráticas e revolucionárias na América Latina. Se a institucionalização dos processos democráticos nos países latino-americanos é, como foi dito acima, um caminho longo e entremeadado de contra-marchas, a institucionalização dos regimes militares não foi simplesmente possível. O recuo que estão experimentando no momento os regimes deste tipo não é, por si só, garantia de um futuro democrático. Mas este recuo exprime algo que pode ser considerado de importância fundamental: que nenhuma ditadura militar de conteúdo antidemocrático, antinacional e antipopular conseguiu obter um nível de estabilidade que lhe permitisse lançar os fundamentos de um sistema jurídico-institucional autoritário e que consagrasse a exclusão do povo do processo político e decisório. Se a democracia na América Latina é instável, os regimes militares também o são; e é a resistência popular e dos demais setores que lutam pela democracia que empurra estes regimes para o caminho das medidas liberalizantes, das aberturas democráticas, mesmo incompletas, que se exprimem, muitas vezes, em consultas eleitorais, ainda que truncadas e restritivas, o grau e a profundidade destas aberturas variando, evidentemente, de acordo com a situação concreta de cada país.

A consolidação de um processo democrático é, portanto, uma possibilidade que não está dada de antemão. Mas o oposto dela, ou seja, a consolidação de um regime ditatorial, revelou-se impossível. Esta é uma diferença essencial para a compreensão do processo político latino-americano.

Não se pode, por estas razões, concordar com a interpretação daqueles que vêem nas aberturas democráticas, na realização de eleições, puras ou simples manobras, ou, para usar uma linguagem mais sofisticada, reajustamentos em escala continental das formas de dominação imperialistas, monopolistas e oligarquicas. O processo social não pode ser concebido como um cenário organizado e manipulado a priori, em que ocorrem reajustamentos automáticos ditados pelo único e exclusivo interesse e benefício das classes dominantes. Quem vê as coisas desta forma não leva em conta, ainda que pretenda fazê-lo, a luta popular. E não vê por esta razão: é o nível concreto a que chegou a luta popular em cada situação nacional que determinará, em última análise, a força ou a fragilidade do quadro democrático. 1978 não assinala, dentro desta perspectiva, nem o enterro dos regimes ditatoriais; nem o início de uma era democrática. Assinala, isto sim, o esgotamento, em maior ou menor grau, e mesmo parcial, de diversos regimes militares. Esgotamento que tem como contrapartida o alargamento das brechas e dos espaços que as forças democráticas e progressistas puderam conquistar.

P. Gonçalves

A agressividade dos EUA inquieta. E a China também

São tantas as contradições da política de direitos humanos anunciada pelo presidente Carter ao chegar ao poder que, hoje, ninguém mais consegue acreditar nela. Nem mesmo os mais decididos americanófilos.

As posições tomadas em matéria de política internacional pelo governo americano nos últimos meses — e particularmente face aos acontecimentos da Nicarágua e do Irã — demonstram, com evidência gritante, o caráter essencialmente seletivo daquela política.

Quando os interesses vitais do imperialismo norte-americano são ameaçados, a retórica em torno do liberalismo e a preocupação tantas vezes propagandeada com as populações que vivem sob o domínio de ditaduras ultra-repressivas são substituídas por políticas de firme apoio.

É claro que não é possível comparar, deste ponto de vista, a Nicarágua ao Irã. A soma de interesses americanos é, neste último país, muito superior aos que existem na república centro-americana. Soma-se a isto a importância estratégica de um país que vem desempenhando, nos últimos anos, o papel de guardião dum certo *status quo* (conservador e pró-ocidental) no Golfo Pérsico. Mas a realidade é que os EUA não abandonaram, até agora, o governo de Somoza; na melhor das hipóteses, fizeram algumas vagas ofertas de mediação, a fim de obter uma paralisação das hostilidades entre a Guarda Nacional de Somoza e a Frente Sandinista.

A política de Carter, neste caso, parece ser cautelosa. Seu objetivo central, evidentemente, é o de impedir por todos os meios que a derrubada de Somoza seja seguida de um governo popular em que a Frente Sandinista desempenhe um papel preponderante. Que ninguém se iluda com a verbosidade liberal do Departamento de Estado norte-americano: para evitar que isto ocorra, os EUA não hesitarão em chegar à intervenção militar aberta, se dispuserem de condições internacionais para tanto. A América Latina, e principalmente a América Central e o Caribe, têm bem gravados na memória os inúmeros atos de violência perpetrados pelos Estados Unidos ao longo da História. Por várias vezes, esta violência redundou em ocupação militar.

Se a Frente Sandinista puder ser isolada (hipótese, por sinal, pouco provável), Carter poderá abandonar Somoza e apoiar uma reconstituição governamental baseada em setores da burguesia liberal. Enquanto isto não ocorrer, ele continuará sustentando o ditador, repudiado não só pelo povo nicaraguense como por vários governos de países da região. A Venezuela e o Panamá já se ofereceram para ajudar na defesa da integridade territorial da Costa Rica, que vem sendo sistematicamente violada pela guarda de Somoza, a pretexto de perseguir os combatentes da Frente. Se, da queda de Somoza, resultar um governo que reúna as diversas

frações oposicionistas, inclusive a Frente Sandinista, isto será uma derrota profunda do imperialismo norte-americano na região. Pois a própria queda de Somoza já não agrada muito aos Estados Unidos.

No Irã, a margem de manobra do imperialismo americano é mais estreita. Os EUA estão conscientes de que, qualquer que seja a tendência dominante na coligação que substituir a monarquia encabeçada pelo Xá, medidas contrárias aos interesses das companhias petrolíferas terão que ser tomadas. Além disso, a simples possibilidade de serem feitas mudanças na política internacional iraniana, que vem sendo até hoje a de um aliado fiel e seguro de Washington, apavora os círculos dirigentes do imperialismo. E, para manter suas posições no Irã, para impedir que o Irã abandone ou arrefeça seu papel reacionário no Golfo Pérsico e no Oriente Médio, os EUA não hesitaram em oferecer ao odioso Xá o mais cínico apoio, mesmo depois dos massacres de setembro.

A política americana não mudou e dificilmente poderá mudar enquanto predominarem no centro das decisões os interesses das grandes corporações monopolistas. Se Carter teve ou tem boas intenções (o que, além de duvidoso, é secundário), o fato é que as intenções de quem eventualmente ocupa a chefia do poder executivo norte-americano valem muito pouco, neste caso. Qualquer mudança, em qualquer país, que implique a possibilidade de chegada ao poder de um governo progressista é encarada com suspeição, desconfiança e hostilidade. O sangue das vítimas da repressão não conta, para esta gente. As iniciativas diplomáticas norte-americanas se caracterizam pelo esforço sistemático de encontrar soluções que privilegiem os interesses reacionários em detrimento dos interesses progressistas, da democracia e dos direitos humanos. Mas esta é uma diplomacia necessariamente fadada ao insucesso, que não pode oferecer senão soluções parciais, transitórias, incapaz de chegar a soluções justas e duráveis.

Oriente Médio - Os EUA não podem encontrar, sozinhos, uma fórmula de paz para o Oriente Médio, principalmente na medida em que esta fórmula não leve em conta, nas devidas proporções, a questão palestina. Carter, num último e angustiante esforço, reuniu em Camp David o presidente egípcio Sadat e o primeiro-ministro israelense Begin. O encontro de Camp David não solucionou nenhum dos problemas essenciais de forma a garantir a paz no Oriente Médio.

Não há paz possível naquela região sem a retirada israelense dos territórios ocupados depois da Guerra dos Seis Dias (junho de 1967) e sem que sejam reconhecidas as legítimas pretensões territoriais palestinas. Para os Estados Unidos, é vital conseguir um acordo que, ao mesmo tempo, isole as forças progressistas do mundo árabe e reforce os

governos mais pró-ocidentais, como o de Sadat, deixando Israel em posição segura. Mas os milagres não existem na vida política, da qual a diplomacia é parte integrante. Os demais Estados árabes, os representantes do povo palestino e a União Soviética não podem ser excluídos indefinidamente das negociações sem que a paz mundial seja gravemente ameaçada. O governo Carter insiste em aplicar métodos e conduzir negociações que, por seu conteúdo restritivo, não fazem mais que aumentar a tensão e agravar os ressentimentos.

Da mesma forma, a política desenvolvida pelos EUA na África Austral inspira preocupação a todas as forças progressistas e pacifistas do mundo. Os governos sul-africano e rodésiano continuam a manter, apesar de todas as condenações internacionais, a política criminoso do *apartheid* em seus países. E mais do que evidente que isto não poderia continuar-se a atitude americana fosse diferente. Se o representante americano na ONU vem somando sua voz àquelas que pedem o fim desta situação, esta não é, porém, a posição da diplomacia estadunidense. Young é uma voz isolada, que não encontra eco na Casa Branca e no Departamento de Estado.

O novo aliado - Os EUA ganharam, por outro lado, um precioso aliado de última hora: a China Popular. Isto é inquietante e profundamente perigoso para a causa da paz mundial e para as forças do socialismo. Na verdade, é triste que um país como a China, cuja revolução nacional constituiu um exemplo para todos os povos que lutaram e lutam a fim de eliminar o jugo colonial, esteja trilhando o caminho atual de abandono das causas pacifistas e progressistas no mundo.

Não datam de hoje os exemplos desta política. Já em 1973, para não ir mais longe, o governo chinês apressou-se a reconhecer a Junta Militar de Pinochet. Várias foram suas atitudes, mesmo durante a época de Mao Tse-Tung, que, infelizmente, não contribuíram nem para a causa da paz nem para a do socialismo. Mas o que acontece no momento excede de muito o que se poderia esperar. Já não se trata unicamente de uma política ditada pelo anticomunismo mais primário e grosseiro, em que se alternam provocações e declarações belicosas. A República Popular da China está tomando, por seus atos e declarações, um rumo que a leva, através de sucessivas convergências e acordos com os regimes dos países imperialistas, a chocar-se frontalmente com regimes revolucionários, como é o caso do Vietnã, ou a apoiar regimes cruelmente antipopulares e pró-imperialistas, como o iraniano. Não é em nome da luta pela paz, da luta nacional e pelo socialismo que tudo isto é feito. Se os governantes chineses levassem em conta estes princípios na formulação de sua política externa, eles respeitariam e apoiariam a luta do povo iraniano. Respeitariam, também, a luta do povo vietnamita, que, depois de derrotar o imperialismo, realiza um esforço heróico de esguimento nacional.

Para todas as forças que lutam, no mundo, pela causa da democracia, do progresso social, da paz e do socialismo, estes fatos suscitam tristeza e indignação. Sob as vestes do «esquerdismo» militante, ontem, ou do pragmatismo irresponsável, hoje, a política exterior chinesa vai subvertendo totalmente o papel que, após sua libertação, a China desempenhou no mundo.

O equilíbrio, o bom-senso e nossa visão democrática

Os novos processos que vêm tomando corpo na vida nacional parecem indicar que o Brasil está se encaminhando para uma fase de transição, para uma fase cujo conteúdo principal será a progressiva passagem do atual regime militar-fascista para um regime de democracia política. A crescente participação da classe operária e de outras camadas assalariadas no cenário político nacional; a impossibilidade da ditadura de superar (ou mesmo de ocultar) suas agudas contradições internas; a ampliação da frente oposicionista e sua tendência à unidade: tudo isso indica que o declínio da ditadura se acentua, a ponto de não parecer exagerado falar no aparecimento de sintomas de desagregação.

Mas, enquanto materialistas e dialéticos, os comunistas sabem que a história não evolui de modo fatal; o determinismo histórico, para Marx, se processa através da colocação de alternativas, através da criação de tendências.

As situações sociais jamais são unívocas; depende da ação dos homens — e, em particular, da ação organizada das grandes massas — que os processos histórico-sociais assumam essa ou aquela direção, realizando uma das tendências postas pela evolução da vida econômica, social e política.

Pensar por alternativas, no momento concreto de nosso País, significa que não nos devemos iludir quanto a uma suposta inevitabilidade do processo de democratização. A ditadura militar-fascista, decerto, atua num contexto em que já não lhe é permitido fazer o que quer. Mas seria um grosseiro erro de avaliação, capaz de levar a trágicas consequências políticas, afirmar — como muitos o vêm fazendo com claras intenções desmobilizadoras — que a ditadura já acabou; ou que ainda não possa, explorando eventuais erros da oposição, tentar retomar a iniciativa do processo por meio de um recrudescimento da violência. Permanecem em vigor todos os instrumentos arbitrários e repressivos criados pelo atual regime. Ademais, não é de excluir a possibilidade de novos golpes reacionários, que tenham como objetivo reimplantar o arbítrio fascista em sua plenitude.

Mas pensar por alternativas não é cair no relativismo. Uma análise concreta da atual situação concreta indica que existe, no atual contexto brasileiro, uma tendência dominante. Essa tendência é precisamente a de uma progressiva substituição da ditadura por um regime de democracia política. Sem perder de vista as contradições, sem desarmar o movimento oposicionista semeando ilusões excessivamente otimistas, os democratas devem centrar esforços no sentido de desenvolver essa tendência dominante, de transformá-la cada vez mais em determinante, até o ponto de realizá-la plenamente. As tarefas que serão colocadas nessa fase de transição para a democracia exigem uma acurada preparação de todos os oposicionistas e, em particular, dos comunistas.

Ao que tudo indica, a ruptura com o atual

regime — sua completa substituição — não assumirá a forma de uma mudança brusca, de um único choque frontal, mas ocorrerá no quadro de uma «guerra de posição», (para nos valeremos de uma metáfora militar), de um conjunto de combates e lutas parciais entre o regime e os vários setores e segmentos da frente democrática. Isso implica que deveremos atravessar um período marcado pela coexistência — certamente contraditória — de institutos ditatoriais-fascistas (de velho e novo tipo) e de espaços democráticos progressivamente conquistados pelas lutas e pelo avanço da oposição e do movimento de massas.

O regime parece estar se preparando para enfrentar essa situação por meio de uma tática de manobra. Através de «reformas» manipuladoras, mas também de ameaças veladas ou abertas, seu objetivo tem sido o de consolidar (relativamente) essa coexistência contraditória, comprimindo a oposição dentro de limites que não sejam incompatíveis com a conservação dos traços essenciais da atual ditadura militar-fascista. Vai depender evidentemente da atuação das forças democráticas, da dinamização cada vez maior do movimento de massas, impedir tanto essa possibilidade de consolidação relativa quanto as eventuais tentativas de um golpe reacionário que ponha fim aos espaços já conquistados.

O período que se anuncia é, assim, extremamente complexo. Aumentam em consequência as responsabilidades de todas as forças oposicionistas, em particular do nosso Partido. A derrota da ditadura na «guerra de posição», a completa substituição do atual regime, implica de nossa parte a compreensão de que o ritmo da transição não será determinado pela vontade subjetiva de alguns, mas pelo nível concreto da acumulação de forças em cada batalha concreta. O tempo da transição será definido pelo amadurecimento do movimento de massas, de sua capacidade de luta unitária, pela ampliação do consenso nacional para as transformações democráticas necessárias. Não é casual que, em sua recente entrevista a *Ísto É* (6-9-1978), o camarada Prestes tenha afirmado que esse processo de aprofundamento democrático deve ser feito com «muito equilíbrio e bom-senso, para não cometer erros que levem a insucessos». Assim, devemos combater decididamente a «pressa» aventureira dos ultra-esquerdistas, que apostam no acirramento de tensões em momentos desfavoráveis para o conjunto da oposição; mas tampouco se podem admitir as propostas restritivas de certos «liberais» que, por desconfiarem das massas, defendem acordos de cúpula para paralisar o avanço democrático e, desse modo, tentar consolidar uma eventual coexistência híbrida de elementos autoritários e espaços democráticos.

Uma terceira posição equivocada, que

combina elementos das duas primeiras, vem reaparecendo ultimamente na vida política nacional. Trata-se da posição que advoga uma solução dos complexos problemas da transição por meio de um golpe, de um ato de força imposto de cima para baixo. Já em 1967, com exemplar esforço autocrítico, denunciávamos claramente soluções desse tipo na Resolução Política do nosso VI Congresso: «O revés sofrido em 1964 — dizíamos — pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar pela direção, uma falsa concepção que se manifesta de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou do nosso Partido. Ela imprime à nossa ação um sentido imediato, de praxia pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado».

Apesar da clara denúncia que fizemos há mais de dez anos (e que não deixamos jamais de repetir desde então) dos perigos de uma concepção golpista das transformações sociais, voltamos a nos defrontar hoje com tendências orientadas claramente nesse sentido. Foi sobretudo a partir do surgimento de posições contrárias ao regime ou ao atual governo no seio das Forças Armadas, bem como da apresentação de uma candidatura militar oposicionista, que tais tendências ganharam corpo. Infelizmente, não são poucos os que hoje supõem ser possível resolver os problemas da transição democrática através de um confronto entre quartéis. Uma tal concepção deve ser implacavelmente combatida. E não apenas porque se inscreve no quadro do acirramento de tensões que só podem conduzir, no atual nível da correlação de forças, a um desastre político para o conjunto da oposição. Devemos igualmente repudiar a visão antidemocrática do processo político sobre a qual ela se baseia; segundo essa visão, as transformações sociais devem ser feitas de cima para baixo, sem a participação das massas organizadas. Nesse sentido, o golpismo — mesmo quando sob vestes falsamente «progressistas» — nada mais faz do que repetir as velhas tradições elitistas e autoritárias da política brasileira, as mesmas que serviram de pressuposto ao surgimento e consolidação do atual regime.

Os comunistas lutam para que o atual processo de substituição do fascismo seja a oportunidade para inverter essa tendência elitista, para integrar o povo nas grandes decisões nacionais, para iniciar um processo de profundas transformações capazes de levar nosso País a uma democracia de massas sólida, estável, em permanente avanço para o socialismo. E, exatamente por concebemos a democracia como objetivo estratégico, temos de combater não apenas as tentativas de conciliação com o «arbítrio reformado», mas igualmente essa concepção golpista falsamente «progressista». Só através das lutas e do amadurecimento das grandes massas é que a democracia será implantada no Brasil. Trata-se de um caminho árduo, que não comporta «atalhos» fáceis e enganosos.

Josimar Teixeira